



MILÍCIAS, FACÇÕES E PRECÁRIEDADE:

um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados.

Resumo Executivo

Monique Batista Carvalho

Lia de Mattos Rocha

Jonathan Willian Bazoni da Motta

Realização



Apoio

 HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO

Equipe da pesquisa

Jonathan Willian Bazoni da Motta

Lia de Mattos Rocha

Monique Batista Carvalho

Pedro Zaidan

e Yasmin Campelo.

A pesquisa “Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados”, apoiada pela Fundação Heinrich Böll Brasil, teve como objetivo identificar e descrever, a partir de um trabalho de campo em seis áreas da cidade, a diversidade de dinâmicas de controle territorial praticadas por grupos armados no Rio de Janeiro. Os locais selecionados para a pesquisa foram: Batan, Caju, Campo Grande, Ilha do Governador, Praça Seca, Tijuquinha.

Estudos recentes¹ têm indicado que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se “partilhada” entre diferentes grupos armados: a milícia dominaria 50% do território controlado, enquanto as chamadas facções dividiriam entre si a outra fatia das áreas controladas por grupos criminosos. Nesse tabuleiro, os ter-

¹ As referências bibliográficas encontram-se no relatório da pesquisa.

territórios dominados por facções são vistos como palco de operações policiais violentas e exposição de drogas ilícitas e armas, porém com um controle mais flexível de rotinas e moralidades. Já as áreas dominadas pela milícia são representadas como locais com um controle muito maior das rotinas e moralidades, porém com um risco bem menor de acontecerem ali confrontos e episódios de violência cotidiana. Contudo, existem diversos relatos (de pesquisas, moradores e notícias na imprensa) indicando que essa separação não é mais tão evidente: por um lado, diminuição da exposição de armas em alguns territórios de tráfico, bem como um exercício de maior controle moral, sobretudo relacionado a expressões de religiosidade não cristãs; por outro lado, venda de drogas e conflitos armados em territórios de milícia.

Nossa pesquisa investigou, portanto, o que há de diferente e de semelhante nas formas de atuação de facções e milícias, para além do que já está estabelecido na compreensão geral sobre esses fenômenos. Nosso foco foram as práticas e formas de atuação desses grupos armados nos territórios periféricos, e os efeitos sobre os moradores das localidades pesquisadas e sua rotina.

Assim, classificamos os seis territórios da cidade selecionados a partir de uma tipologia:

- > territórios consolidados sob domínio de um tipo de grupo armado (facção ou milícia) sem confrontos – Campo Grande e Tijuquinha;
- > territórios consolidados sob domínio de um tipo de grupo armado (facção ou milícia), mas com confrontos – Caju;
- > territórios em disputa – Batan, Ilha do Governador e Praça Seca

Algumas perguntas nortearam nossa investigação:

- i)** Como milícias e facções ocupam hoje os territórios onde atuam? A presença é mais ou menos ostensiva, e por quê?
- ii)** Qual a relação de milícias e facções com moradores das localidades onde atuam e com as organizações locais?
- iii)** Que recursos econômicos (venda de drogas no varejo, serviços, ocupação imobiliária, extorsão de comerciantes, recursos naturais, dentre outras) são explorados nesses territórios e quais os impactos dessa exploração na vida dos moradores?

Principais resultados

- > **O fato de o território estar “em disputa” é mais definidor das práticas de atuação dos grupos armados do que ser milícia ou facção (exemplo: Praça Seca).**

Quando não há confronto os grupos armados podem ter uma presença mais **difusa** no território, e assim moradores sentem o impacto do controle armado de forma diferente que moradores de locais onde a presença de grupos armados é mais **ostensiva**. Ainda que em territórios de milícia a ausência de confrontos seja menor (porque são alvos bem menos frequentes de operações policiais, sobretudo), não é ser área de milícia ou de tráfico que define a ostensividade das armas, e sim a possibilidade de confronto armado.

- > **A relação dos grupos armados com moradores e suas organizações também é determinada pela presença ou ausência de confrontos (exemplo: Batan, Caju).**

A frequência dos confrontos ou sua ameaça constante de irrupção produzem uma sociabilidade local mais conflituosa, com altos graus de vigilância e monitoramento e uma constante reclamação dos moradores pela ausência da “paz” existente em momentos anteriores, seja pelos grupos milicianos, seja pelas facções de traficantes de drogas.

- > **A superexploração econômica por parte das milícias (cobrança de taxas abusivas e monopólio de serviços) tem tornado a relação com moradores mais violenta mesmo em localidades consideradas “tranquilas” (exemplo: Campo Grande, Tijuquinha).**

Até em territórios considerados “tranquilos” por seus moradores, a cobrança de taxas e a oferta de serviços por parte dos milicianos se apresentam como momentos tensos, de potencial violência – ainda que uma violência interpessoal, direcionada, diferente da violência aleatória e generalizada experimentada nos territórios de grupos de traficante de drogas ou “em disputa”.

Nas áreas de milícia consolidada aumenta a **extorsão** dos moradores, que passa a ser classificada como “abusiva” e diminui a aprovação com a qual esse

grupo contava. Também em áreas de milícia **expandem-se os recursos por eles explorados**, não sobrando qualquer atividade econômica sem cobrança.

- > **A superexploração econômica (sobretudo a cobrança extorsiva) também é prática das facções de traficantes de drogas, não mais uma forma de atuação exclusiva das milícias – inclusive com operações em conjunto entre eles, que nomeamos como operações consorciadas (exemplo: Batan).**

Em áreas de atuação de traficantes de drogas observamos o estabelecimento de parcerias com grupos de milicianos, que podem ser mais permanentes – as quais nomeamos como “**operação consorciada**” – ou mais pontuais, como acordos entre traficantes e milicianos sem a fusão ou parceria entre os grupos. Da mesma forma, observamos a *milicialização* das facções, ou seja, a apropriação por parte de grupos de traficantes de práticas consideradas típicas da milícia, como a cobrança de taxas e a comercialização de terrenos.

- > **A perseguição às religiões de matriz africana, comum em áreas de milícia, também se tornou prática em territórios dominados por facções (exemplo: Caju e Ilha do Governador).**

Na Ilha do Governador um dos principais traficantes do local converteu-se à religião evangélica, impondo proibições aos moradores como realização de cultos, uso de roupas brancas e guias de proteção, etc. Mesmo após seu assassinato tais práticas permanecem vigentes. No Caju, observou-se proibição semelhante: por ordem dos traficantes locais os moradores não podem abrir casas de culto afro religioso nem colocar oferendas em espaços públicos da favela.

CONCLUSÃO

Moradores de favela e periferia vivem “sob cerco” de grupos armados, tanto pela presença de armas e confrontos quanto pela superexploração econômica – e morar em área de milícia ou de tráfico não é mais a principal diferença entre essas experiências.

Viver sob cerco é estar submetido a uma força coercitiva e violenta cotidianamente, em ato ou em potência e, por conta disso, preocupar-se de forma constante com manifestações violentas, em muitos casos imprevisíveis, que impedem a circulação e a rotina – forma de vida de moradores de favelas e periferias cariocas.

Foi na dimensão econômica que observamos com mais intensidade as semelhanças entre viver em área de tráfico e de milícia: todos os grupos armados compartilham da mesma tecnologia de governo para os territórios de pobreza, que nomeamos como “**empreendedorismo parasitário**”.

Empreendedorismo parasitário é forma de gestão da vida que concilia o uso da violência (generalizado ou pontual) para garantir a submissão a elevados níveis de exploração – garantido desde o pagamento de taxas sobre as mais diversas atividades até o monopólio na oferta de serviços e produtos, já que os possíveis fornecedores “de fora” são proibidos de operar dentro das favelas e os moradores são coagidos a não consumir fora do território das favelas pesquisadas.

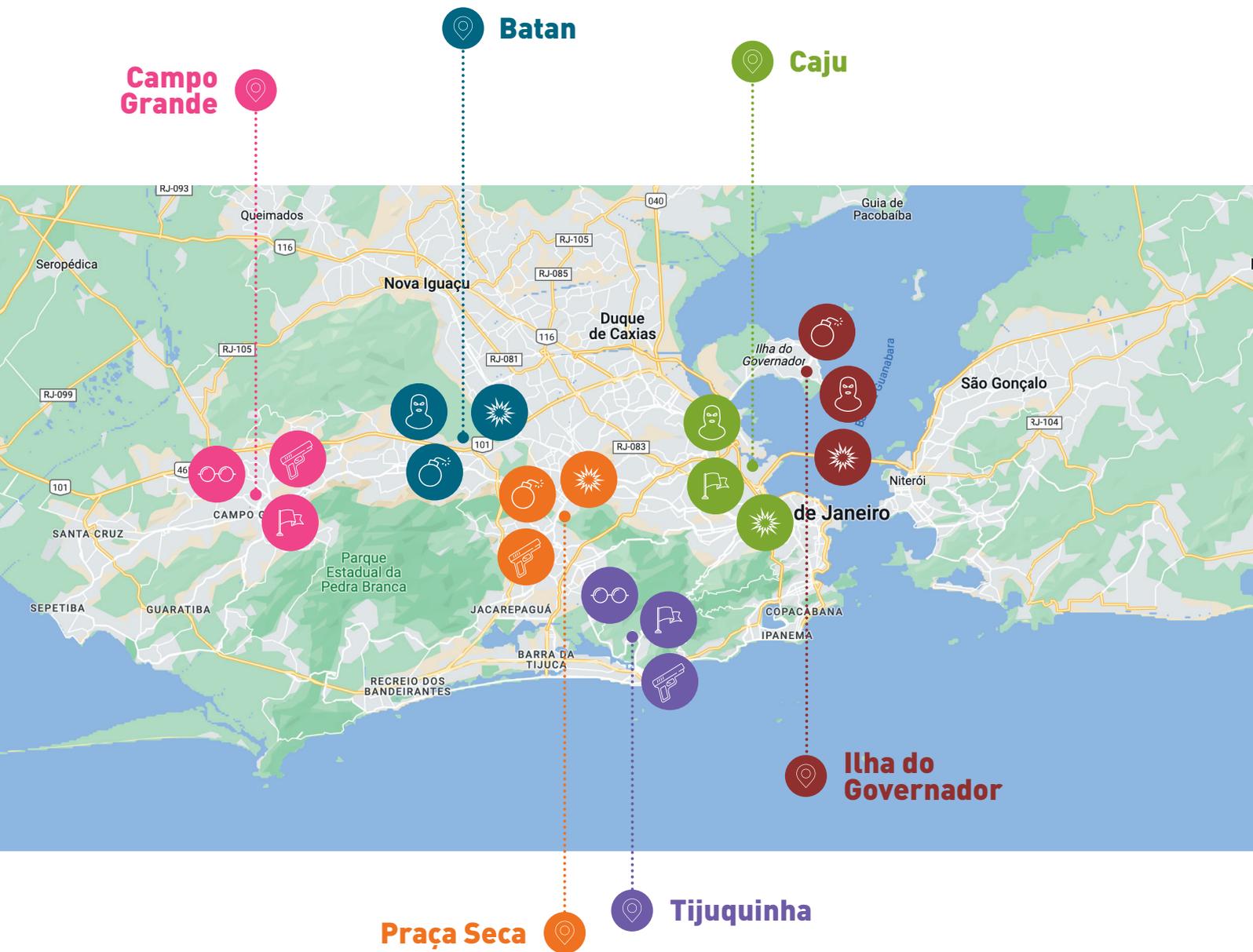
É com bastante preocupação que constatamos que os moradores das favelas pesquisadas estão submetidos a um grau muito elevado de exploração econômica, ainda mais se considerarmos como eles foram atingidos pela pandemia e pela crise econômica dela decorrente.

Contudo, viver em área de milícia não é igual a viver em área de facção.

Em áreas de tráfico de drogas, mesmo as que estabelecem “operações consorciadas” com a milícia, as relações são mais violentas e conflitivas, pois nelas o Estado age sobretudo por meio da força, com pequenos períodos de negociação. Já as favelas controladas por milícias gozam de relações mais profundas com o Estado e a política institucional, o que proporciona uma maior tranquilidade e eficácia social.

Assim, compreendemos que “viver sob cerco” de grupos armados no Rio de Janeiro hoje em dia é menos determinado pelo tipo de grupo armado que controla o território, e mais pelas práticas que esses assumem na gestão de territórios e populações. Tais práticas – que precarizam a vida do ponto de vista econômico, político, e das possibilidades de segurança e garantia da vida –, podem ser exercidas em uma multiplicidade de combinações. Mas observadas em conjunto apontam que o Rio de Janeiro atual é uma “cidade sitiada” por grupos armados, que em conjunto com o Estado “governam” a população da cidade de forma violenta e abusiva. Os desafios para superar esse cerco passam, portanto, por um combate à exploração econômica que sustenta o poder desses grupos armados, pelo controle das forças repressivas que operam como mais um ator nos confrontos territoriais, mas sobretudo pela garantia de condições econômicas e sociais para que os moradores de favelas e periferias possam levar uma vida digna, livre de cercos e de opressões.

Quadro comparativo entre os diferentes territórios



Tipo de cerco		Tipo de "ocupação territorial"		Forma da presença no território	
					
Milícia	Tráfico	Consolidado	Em disputa	Difusa	Ostensiva

	Batan	Campo Grande	Caju	Ilha do Governador	Praça Seca	Tijuquinha
 Localidade						
 Tipo de cerco	Tráfico	Milícia	Tráfico	Tráfico	Milícia	Milícia
 Tipo de "ocupação territorial"	Em disputa	Consolidado e sem confrontos	Consolidado, com confrontos*	Em disputa	Em disputa	Consolidado e sem confrontos
 Forma da presença no território	Ostensiva	Difusa	Ostensiva	Ostensiva	Ostensiva (mas difusa nos locais onde a milícia está mais consolidada)	Difusa
 Composição social do grupo armado	Jovens negros	Sem experiência anterior nas forças de segurança	Jovens negros	Jovens negros	Homens, brancos, mais de 30 anos	Jovens pardos
 Recursos econômicos explorados	"Operação consorciada": tráfico opera venda de drogas, milícia comercializa serviços	Diversificação, ampliando para empreendimentos comerciais e construção de moradias	Diversificação, ampliando para cobrança de taxas e construção	Diversificação, ampliando para cobrança de taxas e serviços	"Operação consorciada": milícia negocia com facção de tráfico quando convém. Diversificação, aumento abusivo das taxas	Diversificação, ampliando para construção de moradias
 Relação com a população local	Insegurança causada pelos confrontos	Exploração econômica predatória	Insegurança causada pelos confrontos e aumento na vigilância	Insegurança causada pelos confrontos	Insegurança causada pelos confrontos	Exploração econômica predatória
 Relação com organizações locais	Cerceamento	Cerceamento	Tutela e controle	Tutela e controle	Simbiose	Parceria

*Sobretudo operações policiais, mas eventualmente disputa entre grupos rivais.